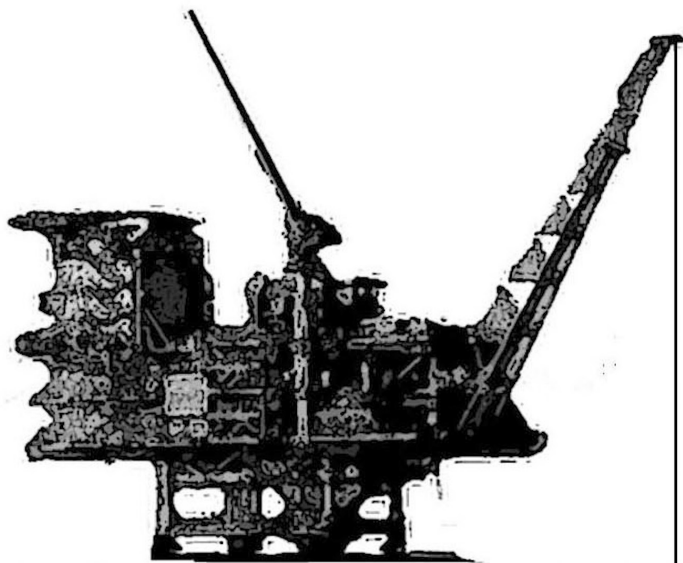


JE

Jornal dos Economistas

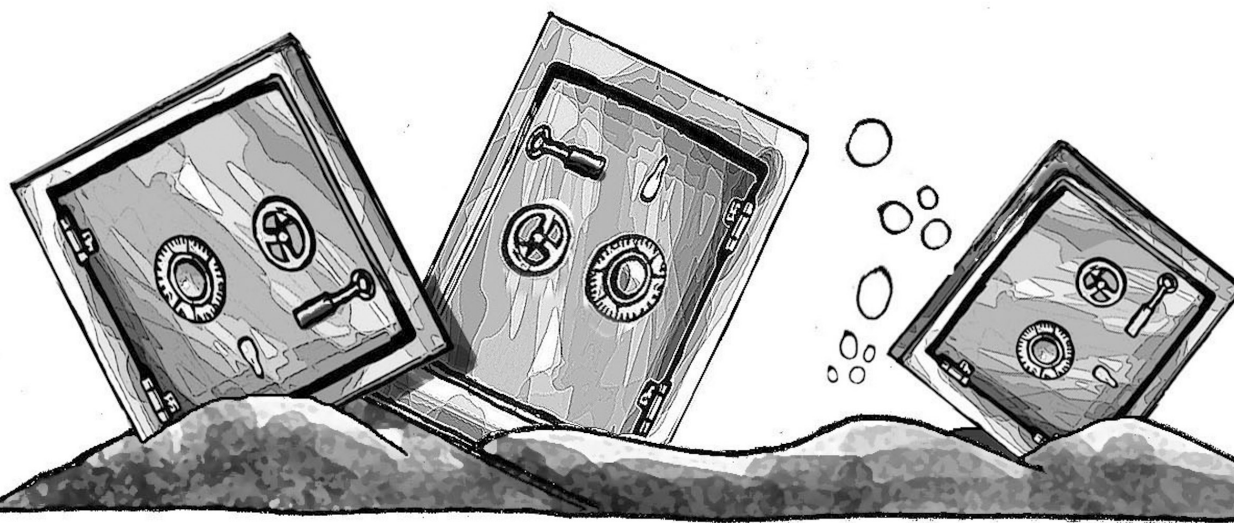
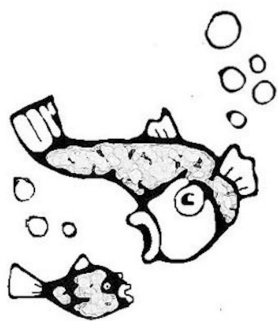
Nº 289 Agosto de 2013

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ



Petróleo

Artigos de Raul Tadeu Bergmann, Roberto Requião, Marcelo Simas, Paulo Metri e Fernando Siqueira e entrevista com Ildo Sauer discutem petróleo, pré-sal e *shale gas*, à luz do leilão do campo de Libra.



Artigo de Maria Malta sobre a criação de empresa que descaracteriza a finalidade dos hospitais universitários.

Petróleo

O leilão do campo de Libra, marcado para 21 de outubro, motivou o Conselho Editorial do JE a voltar à discussão sobre o modelo de exploração e a destinação dos recursos da imensa riqueza descoberta pela Petrobras em águas profundas.

Fomos ouvir Ildo Sauer, professor de USP e ex-diretor de Petrobras, que criticou o leilão. Ildo alerta para o fato de o Brasil ainda não conhecer o volume de suas reservas no pré-sal. Ele propõe uma parceria com a China, na qual os asiáticos antecipariam recursos para o investimento em exploração e para o equilíbrio das contas externas do Brasil e, em troca, comprariam petróleo brasileiro a 80 ou 90% do preço internacional.

O senador Roberto Requião e o engenheiro aposentado da Petrobras Raul Tadeu Bergmann afirmam, em artigo a quatro mãos, que o leilão permitirá que o cartel das multinacionais obtenha a propriedade da maior parte do petróleo a ser extraído de Libra. Os autores alertam que o estrangulamento financeiro da Petrobras impedirá que a empresa tenha uma maior participação no processo. Eles propõem que o governo suspenda o leilão e negocie com a Petrobras a cessão de áreas mediante contrato de partilha de produção.

Marcelo Simas, do Cenpes da Petrobras, alerta para a necessidade de o Brasil acelerar a exploração do pré-sal, porque os EUA, com o aumento da produção interna de *shale gas* e *shale oil*, sairão do mercado consumidor, restando apenas a China e a Índia como potenciais grandes compradores do petróleo brasileiro.

Paulo Metri, conselheiro do Clube de Engenharia, ressalta que o governo brasileiro está fazendo um mau negócio ao aceitar a redução dos recursos para o Fundo Social durante 25 anos de exploração das reservas do pré-sal em troca do recebimento no curto prazo de um bônus maior.

Fernando Siqueira, vice-presidente da Aepet, propõe que o MP suspenda de imediato os leilões, em função da possibilidade de vazamento de dados, revelada pelo ex-agente da CIA Edward Snowden. O vazamento pode ter beneficiado empresas petrolíferas norte-americanas, ferindo o princípio da obrigatoriedade de igualdade de informações e condições entre os participantes do leilão.

Fora do bloco temático, Maria Malta, professora do IE/UFRJ, afirma que a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) descaracterizará o compromisso social dos hospitais-escola de serem espaços de formação, pesquisa e atendimento, transformando-os em locais centrados em metas de atendimento.

Sumário

Entrevista: Ildo Sauer	3
“O governo trata Libra como se fosse uma padaria ou pizzaria.”	
Petróleo	5
Raul Tadeu Bergmann e Roberto Requião	
Trocar Libra por superávit primário é crime contra o Brasil	
Petróleo	8
Marcelo Simas	
Shale gas x pré-sal: os impactos dos recursos não convencionais nas políticas públicas dos EUA e Brasil	
Petróleo	10
Paulo Metri	
Quem usufrui do nosso petróleo?	
Petróleo	12
Fernando Siqueira	
Snowden pode salvar o petróleo brasileiro	
Saúde	14
Maria Malta	
EBSERH: proposta do MEC para desconfigurar e empresariar os hospitais de ensino	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

Conselho Editorial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, José Ricardo de Moraes Lopes, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Sidney Pascounto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Paulo Gonzaga Mibielli e Gisele Rodrigues. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Fotolito e Impressão:** Ediouro. **Tiragem:** 13.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Sidney Pascounto da Rocha. **Vice-presidente:** Edson Peterli Guimarães. **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2011-2013): Arthur Câmara Cardozo, Renato Elman, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2012 a 2014): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Jorge de Oliveira Camargo – 3º terço (2013-2015): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2011-2013): Eduardo Kaplan Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º terço: (2012-2014): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2013-2015): Cesar Homero Fernandes Lopes, José Ricardo de Moraes Lopes e Sérgio Carvalho Cunha da Motta.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21)2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2011/2014

Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz, José Antônio Lutterbach, José Jannotti Viegas e André Luiz Silva de Souza.

Conselho Fiscal: Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

“O governo trata Libra como se fosse uma padaria ou pizzaria.”



Reprodução de internet/CPFL Cultura

Professor titular da USP e um dos mais reconhecidos cientistas brasileiros na área de energia, Ildo Sauer foi diretor de gás e energia da Petrobras durante o primeiro governo Lula. Nessa entrevista, critica o leilão de Libra e propõe um modelo alternativo.

P: Como você avalia o modelo criado pelo Brasil para exploração e utilização dos recursos do pré-sal? O país vai utilizar bem essa riqueza?

R: Não. O modelo de concessões formulado pelo governo neoliberal de FHC, numa época em que ainda se justificava no discurso a possibilidade de um risco genérico exploratório para encontrar petróleo, não era o melhor. Naquele tempo, o modelo adequado seria a partilha da produção, com a Petrobras comandando. Eu defendi transformar concessão em partilha. No momento em que se conclui com sucesso a definição de uma nova província de petróleo no pré-sal, nem o modelo de concessão nem o de partilha servem.

Quando já há uma confirmação de sucesso e com pouco investimento se pode descobrir o volume de petróleo disponível a ser produzido, o melhor modelo é o monopólio público de uma empresa puramente estatal ou o modelo de prestação de serviços em que uma empresa, preferencialmente uma estatal híbrida igual à Petrobras, é contratada para fazer o serviço de delimitação do volume de recursos. Depois se contrata essa empresa num regime de prestação de serviços, remunerando-a adequadamente por todos os custos.

Nós temos 50 bilhões de barris já confirmados, mas podemos chegar a 100, 200 ou 300 bilhões. O governo não autorizou o custo pequeno, da ordem

de US\$6 bilhões a US\$7 bilhões, para que a Petrobras, fazendo cerca de cem poços na área do pré-sal de Santa Catarina ao Espírito Santo, definisse o volume total de petróleo. Essa informação é essencial para delinear um projeto estratégico para o país do que fazer com o petróleo.

O governo está promovendo o sucateamento das duas grandes riquezas do povo brasileiro: o petróleo e, mais importante, a Petrobras, uma construção histórico-social capaz de intervir sobre a natureza e dela arrancar um elemento essencial para a sociedade, a energia.

P: O motiva o governo a fazer os leilões?

R: O governo precisa de dólares para contrabalançar a situação macroeconômica. O baixo índice de crescimento da economia brasileira, associado à potencial fuga de dólares, fazem com que o Brasil precise do fluxo de dólares para manter o equilíbrio das contas externas. Por isso, decidiu que vai antecipar o leilão de Libra.

A segunda motivação talvez seja ideológica, no sentido de subordinar os recursos naturais à lógica do interesse privado. Não sei se há também interesses menores do ponto de vista da base de apoio econômico e político ao governo, dinheiro para campanha e para enriquecimento de figuras ligadas ao processo de poder, que está em xeque agora no Brasil depois que o povo foi às ruas.

P: Qual seria a melhor alternativa?

P: Havia uma alternativa mais inteligente para resolver o problema macroeconômico: contratar-se a Petrobras, que delimita o campo de Libra e produz. Ah, faltam US\$ 50 ou 60 bilhões para desenvolver o campo. Faz parceira internacional negociada politicamente a partir do governo. Chama a China, eventualmente a Índia e outros parceiros, e investe, produz e controla o ritmo de produção. Em contrapartida, a China recebe o petróleo a 80 ou 90% do preço internacional e antecipa o dinheiro do investimento, coloca no Brasil o dinheiro necessário para equilibrar as contas externas.

Libra vai produzir cerca de dois milhões de barris por dia, 700 milhões por ano. Se vender o petróleo a US\$90 por barril e custar US\$20 para produzir, sobram US\$70 por barril. São US\$50 bilhões por ano que estão em jogo, ao longo de 20 anos de produção, supondo que as reservas sejam de 15 bilhões de barris, como esperado. Com US\$50 bilhões por ano você mantém as contas externas com afluxo de US\$10 ou 15 bilhões em moeda, os outros US\$35 ou 40 bilhões usa para investir em infraestrutura.

Criaria a Metrobras que seria a dona e operaria os metrô de todas as cidades com mais de 500 mil habitantes no país. O Brasil poderia estabelecer uma parceria com a China que estabeleceria fá-

bricas de trens no Brasil. Essa espécie de escambo não danificaria o equilíbrio da taxa de câmbio. E nessa escala, os recebíveis do próprio sistema de transporte garantiriam o financiamento. Eu estou dando um exemplo. O mesmo podia acontecer para trens de alta velocidade interestaduais, portos, vias navegáveis. Esse seria o modelo para o pré-sal em geral, não só Libra.

Acima de tudo o ritmo de produção tem que ser coordenado com a OPEP. Você não pode jogar dois bilhões de barris de petróleo no mundo sem coordenação. Do contrário, há um problema da renda petrolífera desaparecer. Está no horizonte uma ameaça geopolítica contra a OPEP e a Rússia comandada pelos EUA, que quer difundir a tecnologia do *shale gas*. Tem um petróleo e gás barato vindo daí.

P: Você acha que no médio e longo prazo o preço do petróleo vai cair em função do *shale gas*?

R: O *shale* não tem força para destruir a hegemonia do petróleo nas próximas cinco décadas, mesmo sabendo que a China tem recursos potenciais até superiores que os dos EUA.

P: Mas já há estudos dizendo que o *shale* pode tornar os EUA autossuficientes.

R: Sim, mas é efêmero. Por quanto tempo vai ser autossuficiente? Até a semana que vem, depois vai ter que voltar à mesa. Há uma ameaça no horizonte sobre o preço do petróleo como construído historicamente a partir de 2005 pela OPEP, a partir da hegemonia da OPEP no controle do recurso natural. Em 1960, 84% do petróleo estava nas mãos das multina-

cionais, 14% nas mãos da URSS, e 2% nas empresas nacionais. Em 2010 era o contrário: 92% nas mãos dos governos, de empresas estatais ou híbridas. Com o controle político, eles conseguiram impor o preço.

O *shale* agora se apresenta como uma nova ameaça. O papel do Brasil nesse sentido é absolutamente destrutivo da geopolítica dos países que querem extrair renda do petróleo, que é o grupo em que o Brasil está entrando. O modelo que o governo está colocando em Libra e o modelo aprovado no Congresso ou são absolutamente ingênuos, ou destituídos de visão geopolítica estratégica, ou oportunistas, para satisfazer interesses menores no governo.

P: Se você partir do princípio de que a demanda dos EUA cairá, em função do *shale*, derrubando o preço do barril, não seria melhor para o Brasil explorar logo o pré-sal, e nesse sentido a entrada de empresas internacionais não é importante para acelerar o financiamento?

R: Não acho. O *shale* não tem dimensão para tomar o lugar do petróleo. Essa é uma possibilidade muito pequena. Depende do modelo de coordenação da indústria mundial do petróleo, via OPEP. Se a OPEP tiver capacidade de coordenação da produção do petróleo líquido, o *shale* não vai tomar o lugar. A Arábia Saudita vive exportando dois ou três milhões de barris por dia. Não precisam exportar 10 milhões. A Rússia também. Eles têm fôlego para enfrentar a guerra com o *shale* americano.

O problema é que um cachorro louco igual ao que o governo brasileiro está criando, leiloando



Reprodução de internet/CPFL Cultura

um campo subordinado apenas à lógica microeconômica, sem levar em conta tudo isso, é um tiro no pé porque vai destruir o preço do petróleo no mundo. Nem Libra nem os outros podem produzir rapidamente, porque tem que ter coordenação da produção para manter o preço do petróleo com renda elevada.

Os EUA apostam na estratégia de desestabilizar o Oriente Médio, invadindo Síria, Iraque, Líbia, desestabilizando o Irã e jogando *shale* no mundo. Eles estão tentando extirpar a renda acumulada pelos produtores de petróleo e deslocar esse excedente econômico para as esferas das empresas comandadas a partir da lógica imperialista americana e europeia, as empresas de produção de commodities, produtos, automóveis, informática e serviços. O Brasil não compreendeu isso e está operando com uma lógica microeconômica, do contrato, do negócio, como se estivesse lidando com uma padaria. É como se a Petrobras fosse a grande filha do povo e o governo tivesse tornado essa filha anoréxica ao asfixiá-la com os pre-

ços dos derivados. A Petrobras está sem caixa. E agora o governo quer pegar a terra que pertence ao povo e a filha do povo, que é a Petrobras, e colocar numa espécie de casamento arranjado como faziam as antigas oligarquias. E quem se beneficia disso é o eventual vencedor do leilão. O governo trata Libra como se fosse uma padaria ou pizzaria.

P: As regras dos leilões dizem que a Petrobras é operadora de todos os poços. Essas regras são ruins para a Petrobras?

R: O governo está proletarianizando a Petrobras. Asfixiou seu fluxo de caixa com a política de preços. Então a Petrobras não tem poder de barganha de entrar num leilão e valorizar a sua capacitação tecnológica. Tem dois valores em disputa: o petróleo e a capacitação da Petrobras. E o governo está vendendo as duas por um preço aviltado pela política recente. Então a Petrobras ser operadora é quase ser escravizada em favor do capital financeiro, em vez de usar esse potencial para gerar valor para a sociedade brasileira.

Se ela for prestadora de serviço, recebendo de US\$ 15 a 25 por barril, ela vai ganhar dinheiro, pagar bem seus quadros e melhorar a tecnologia. E o governo, vendendo petróleo para a China a 90% do valor, sobriam entre 65 e 75 dólares por barril, que viram renda para o Tesouro investir em programas nacionais, fazer uma Metrobras, uma Portobras, reforma agrária, reforma urbana, investir em educação e saúde pública, e coordenar o fluxo de capitais para não tornar o Brasil um país rentista, manter o país gerando valor pelo trabalho.

Trocar Libra por superávit primário é crime contra o Brasil

Raul Tadeu Bergmann*
e Roberto Requião**

“A nação que entrega o seu petróleo à exploração estrangeira não zela pelo seu futuro” - Woodrow Wilson, presidente dos EUA

As privatizações e desnacionalizações feitas por FHC foram os maiores crimes já perpetrados contra a sociedade brasileira. Significaram a entrega de centenas de bilhões de dólares de patrimônio do povo a preços aviltantes, milhões de empregos destruídos, perda de autonomia tecnológica, substituição de fornecimento de máquinas e insumos nacionais por importados, centenas de bilhões de dólares de remessas de lucros para o exterior e tarifas de serviços públicos extorsivas, as maiores do mundo.

Elas continuam causando sérios problemas econômicos e são as principais responsáveis pela séria crise que poderemos ter no futuro muito próximo. As elevadas tarifas de serviços públicos privatizados são um dos principais fatores que fazem com que nossa moeda se mantenha tão valorizada. Portanto, são uma das principais causas da desindustrialização. A indexação dessas tarifas é a responsável pelo fato de a inflação no Brasil ser tão resistente. Esses fatores, mais a grande remessa de lucros das empresas desnacionalizadas e importação de insumos e equipamentos por elas realizadas são responsáveis por boa parte do rombo em nosso balanço de pagamentos. O buraco no balanço de pagamentos e essas tendências in-

flacionárias dos serviços públicos privatizados colocam o governo em posição difícil, sendo praticamente impossível evitar uma crise inflacionária ou de desemprego.

Apesar disso, há quem advogue que mais privatizações sejam a solução para os males causados pelas privatizações do passado. Ao contrário, isso alimenta uma bola de neve: as privatizações e desnacionalizações geram mais remessa de lucros, mais déficit em transações correntes, mais necessidade de atrair capital estrangeiro para cobrir o déficit, gerando um círculo vicioso que redundará em falência do país, esvaindo o pré-sal sem retorno para o Brasil. O lucro do pré-sal tem que ser reinvestido no desenvolvimento nacional, o que não ocorrerá se ele for entregue ao cartel internacional. O leilão de Libra é uma forma de privatização, cujo valor supera todas as de FHC. Nesse sentido, Dilma estará cometendo um erro até maior do que os de FHC.

A produção de Libra sozinha permitiria um grande avanço econômico, financeiro e tecnológico, resolvendo muito do nosso histórico passivo social, resolvendo os nossos problemas de educação, saúde, segurança, tecnologia, mobilidade urbana, tornando-nos uma sociedade mais próspera e justa.

Com o leilão, o governo entregará para o cartel das multinacionais a propriedade da maior parte do petróleo a ser extraído do campo recém-descoberto e o maior do mundo, com 15 bilhões de barris. A reserva brasileira de petróleo an-

tes do pré-sal, fruto de 50 anos de exploração, era de 14,2 bilhões de barris, que assegurava 15 anos de autossuficiência.

A Petrobras já descobriu, só no pré-sal, campos com potencial superior a 60 bilhões de barris de óleo de reservas: Libra – 15 bilhões; Lula – 9 bilhões; Iara – 4 bilhões; Carioca – 10 bilhões; Franco – 9 bilhões; Guará – 2 bilhões; área das baleias – 5 bilhões e vários outros. Somadas às anteriores ao pré-sal, ultrapassamos 74 bilhões, 60 anos de autossuficiência. Fazer leilões em áreas não exploradas é absurdo. Ainda pior é leiloar Libra, campo já descoberto de alto retorno financeiro. Se não precisamos achar mais petróleo, como justificar leilões? É para entregar nosso petróleo?

O pré-sal é a maior oportunidade que já tivemos para o País se tornar uma potência energética, tecnológica e econômica. Possui 100 bilhões de barris, no mínimo, pois até o limite da zona economicamente exclusiva existem mais áreas com boas possibilidades de óleo e gás, atingindo 300 bilhões de barris, segundo o ex-diretor de exploração da Petrobrás e descobridor do pré-sal, Guilherme Estrella.

O regime de partilha, aplicável ao pré-sal, prevê 15% em dinheiro para o Brasil como royalty e uma participação no óleo-lucro de somente de 0 a 30% do petróleo na prática. Assim, o cartel internacional fica com a maior parte da riqueza mais cobiçada do mundo.

A situação é ainda pior fora do pré-sal, como no 11º leilão feito por Dilma, sob o regime de con-

cessão de FHC. Nele, a propriedade do petróleo é entregue à concessionária, pagando 10% em royalties e podendo incluir para alguns campos uma participação especial de, na prática, 11% do valor da produção. No mundo os países exportadores ficam com a média de 80% da produção.

Assim, abre-se mão do petróleo que deveríamos usar na geração de novas riquezas e empregos no Brasil, bem como seu poder geopolítico, dado pela garantia de suprimento aos países dependentes de petróleo, especialmente o G-7. Esse suprimento causou muitos conflitos desde a Segunda Guerra.

Diante disso, devemos perguntar: por que o governo Dilma está promovendo um leilão para entregar o campo de Libra, já descoberto, com risco zero, diretamente às multinacionais do petróleo? Seriam três os motivos:

Pressões externas – O Congresso Mundial de Petróleo ocorrido em fevereiro de 2013, no Riocentro, foi um grande lobby pela reabertura dos leilões. No encerramento, o Ministro de Minas e Energia Edison Lobão declarou reabertos os leilões. É provável que a vinda do vice-presidente americano, Joe Biden, em maio de 2013, tenha visado “conquer” a presidenta Dilma a leiloar Libra e a presidente da Petrobrás, Graça Foster, a não se empenhar na aquisição desse campo.

Agradar os especuladores financeiros – O governo prometeu ao mercado financeiro uma meta contábil de superávit primário. O bônus de Libra, no valor de R\$ 15 bilhões, vem a calhar para atingi-

-la. Todavia, o valor não aumentará o patrimônio do povo brasileiro porque, segundo o contrato da ANP (Agência Nacional de Petróleo), será simplesmente devolvido às multinacionais. Ou seja, por um irrisório adiantamento de 0,6% do PIB, serão entregues, nos próximos 35 anos, mais de R\$ 3,45 trilhões em petróleo, um bem finito com demanda e preço permanentemente em elevação.

Pressões externa e interna – O grave problema cambial: o déficit em conta corrente externo está caminhando para US\$ 80 bilhões e cresce avassaladoramente devido, em grande parte, à remessa de lucros das mais de 4.000 grandes empresas que foram privatizadas ou desnacionalizadas no governo FHC e nos governos petistas.

Ora, o pré-sal se destina a garantir o futuro dos brasileiros, e não a cumprir uma meta meramente contábil de superávit primário, cuja função é mostrar ao sistema financeiro que o governo é “obediente” e coloca seus “compromissos” com “o mercado” acima das necessidades prementes de aumentar os investimentos em saúde, educação e tecnologia. Hoje praticamente nenhum país do mundo se obriga a cumprir uma meta de superávit primário, especialmente se não depende de empréstimos de instituições multilaterais como o FMI. E poucos têm superávits primários tão grandes quanto o brasileiro. Entre as grandes nações, também poucas possuem dívidas públicas menores do que a brasileira. Ou seja, em termos do interesse público não há razão para o Brasil cumprir uma meta de superávit primário. Essa irracionalidade, no fundo, se baseia na submissão ao interesse dos grandes bancos em manter um sistema onde mesmo taxas de ju-

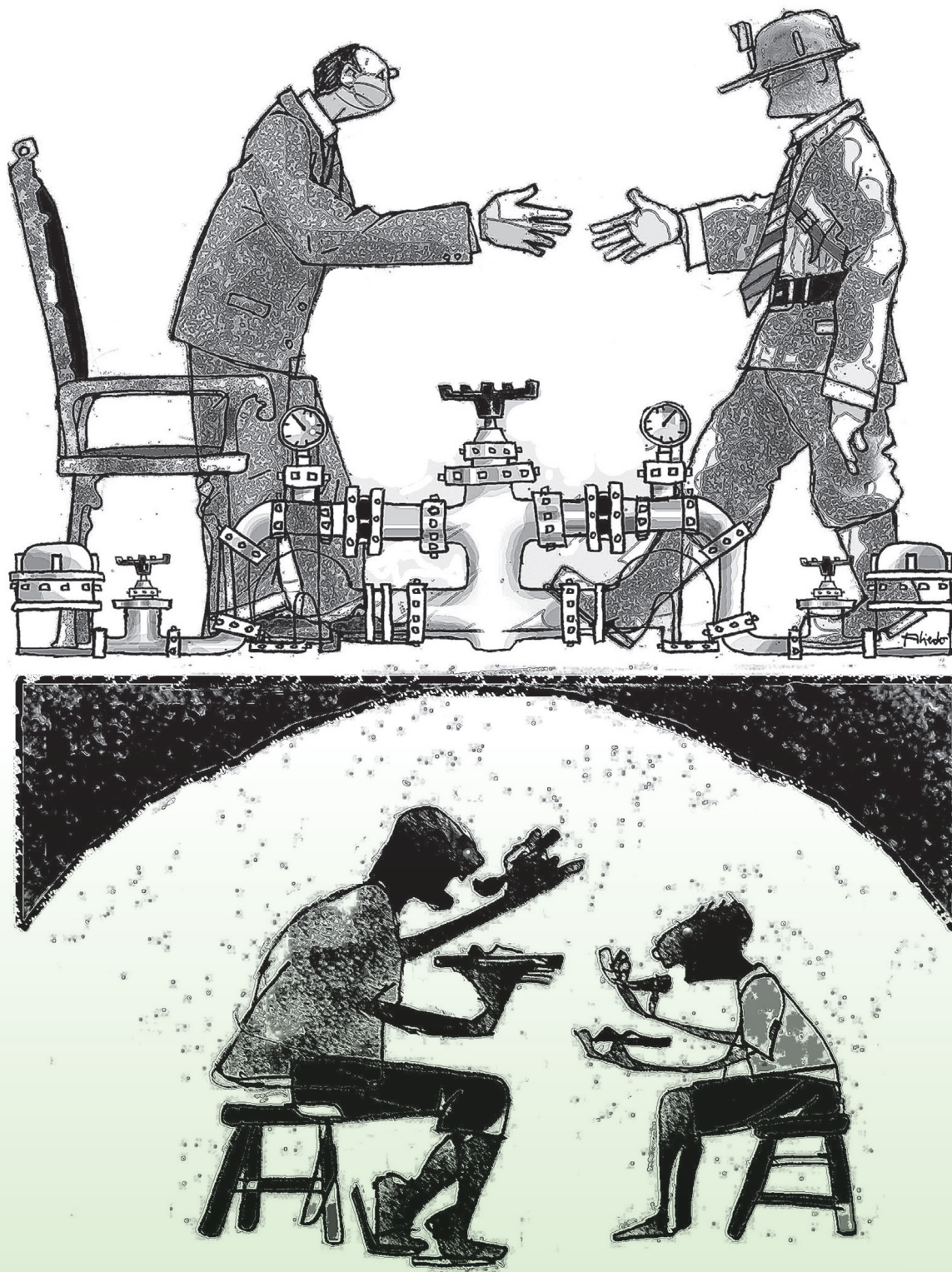
ros absurdamente altas não levem a uma espiral explosiva de crescimento da dívida pública. Ou seja, a meta de superávit primário brasileira tem como objetivo de fundo simplesmente dar sustentabilidade à mais inócua política

de juros já conhecida, implantada por FHC e mantida até hoje, ainda que de forma abrandada.

Se é um crime contra o Brasil trocar petróleo por meta contábil de superávit primário, pior ainda é saber que, mesmo aceitando a tese

do governo da necessidade de fazê-lo, vemos que se tivesse entregado esse bloco à Petrobras, o volume de superávit primário gerado este ano poderia ser imensamente maior.

O campo de Libra foi descoberto pela Petrobras. Logo após a



descoberta de seu fabuloso potencial, a ANP e o governo decidiram retirar o bloco de Libra do conjunto que a União lhe havia entregado em cessão onerosa visando à capitalização da empresa. Ao invés de negociar com a Petrobras um contrato de partilha (a nova lei, no seu art. 12º, permite), decide fazer leilão para entregar ao cartel internacional do petróleo.

Se o bloco fosse mantido com a Petrobras, a empresa poderia ser recapitalizada pela mesma forma adotada sabiamente pelo presidente Lula. Se isso tivesse sido feito, o governo poderia obter, se quisesse, o dobro ou mais do valor que “obterá” com o leilão para o cartel internacional. Esse resultado poderia ser obtido, por exemplo, com um adiantamento a ser viabilizado pela Petrobras com empréstimos. A Petrobras ofereceria Libra como garantia, pois o campo vale mais de um trilhão de dólares. Outra alternativa seria a União vender Libra em troca de ações ou em títulos de dívida da Petrobras. Ou seja, nada, nem mesmo o argumento do superávit primário, justifica o leilão, verdadeiro atentado contra o interesse público.

O problema cambial, por sua vez, decorre, entre outros motivos, da desnacionalização das grandes empresas brasileiras, estatais e privadas. Já são mais de 4.000, a partir do governo FHC, passando pelos governos petistas. As empresas desnacionalizadas remetem enormes montantes de lucro para o exterior, gerando vultoso déficit nas transações correntes. Há quem preveja um déficit de US\$ 80 bilhões para 2013. Assim, foi criado um círculo vicioso perverso: a remessa de dólares gera déficit, exigindo a atração de mais capital estrangeiro para cobri-lo. O governo atrai capital

estrangeiro através de juros altíssimos ou realizando privatizações. Essas duas modalidades agravam o problema, porque aumentam as remessas de lucro futuras. Se esta sangria não for estancada, vira hemorragia e poderá consumir ao longo das próximas décadas toda a riqueza de US\$ 20 trilhões prevista do pré-sal. Isso sem que o seu verdadeiro dono, o povo brasileiro, obtenha qualquer vantagem.

Assim, aproveitando-se de nossas limitações, o cartel internacional pretende usufruir lucros fantásticos sem riscos para remetê-los para fora. É preciso parar essa insanidade, não privatizando mais o patrimônio público, instituindo uma política industrial que fomente a criação de empresas genuinamente nacionais públicas ou privadas e revendo a lei de remessas de lucros.

A lei do governo Lula para o pré-sal define a Petrobras como operadora única da exploração do petróleo e a participação obrigatória em todos os consórcios exploradores com no mínimo 30% do investimento. Isso contraria os interesses internacionais, pois ter a Petrobras como operadora inibe as duas maiores fontes de corrupção na produção internacional do petróleo: o superfaturamento nos custos de produção (ressarcidos em petróleo) e a medição fraudulenta da produção, sempre para baixo. O Tribunal de Contas da União constatou em auditoria que a ANP não realiza o acompanhamento sistemático dos volumes de petróleo e gás natural que as operadoras alegam produzir (Acórdão 657/2013, no processo TC 010.147/2012-8), o que motivou o Senado a requerer explicações ao Ministro de Minas e Energia.

Mais grave: o leilão do Campo de Libra e os próximos do pré-sal

ocorrem num momento em que a Petrobras está sendo, irresponsavelmente, estrangulada financeiramente pela política governamental que a obriga a importar combustíveis e repassar ao mercado nacional por preços menores, mas não obriga as suas concorrentes a fazer o mesmo. Trata-se de um absurdo, porque a Petrobras não tem mais o monopólio na importação de petróleo e derivados, e, portanto, não tem o dever de vender com prejuízo em relação às suas concorrentes.

Esse estrangulamento financeiro proposital está fazendo com que a empresa fique impedida de ter uma maior participação no consórcio vencedor. Além disso, em razão do inexplicável e elevadíssimo valor do bônus de adiantamento envolvido, também dificilmente teremos participação significativa de empresas nacionais ou mesmo estrangeiras não pertencentes ao cartel. A quem interessa o afastamento da Petrobras, a redução da concorrência no leilão e a desnacionalização de uma riqueza que pertence ao povo brasileiro?

O petróleo é um recurso mineral estratégico, não renovável e cada vez mais escasso, que, além de combustível ainda insubstituível (move 90% do transporte do mundo), é matéria-prima para mais de 3.000 produtos petroquímicos (presente em 85% dos produtos que usamos). O Brasil é um país privilegiado, pois sua matriz energética para os próximos 20 anos dependerá de apenas 53% de combustíveis fósseis, ao passo que no resto do mundo a dependência ficará em 86%.

A Petrobras é líder mundial na exploração e produção de petróleo em águas profundas, reconhecida mundialmente pela OTC (Offshore Technology Conference), que já

lhe concedeu dois prêmios. Meta-de da exploração e produção mundial de petróleo no mar é feita pela Petrobras. Por outro lado, a história demonstra que a presença estrangeira na indústria do petróleo é fator de inquietação social, instabilidade política, fraudes, guerras, corrupção, assassinatos, golpes de estado e outros incidentes.

O artigo 12º da nova lei do petróleo permite que o governo, atendendo ao interesse nacional e ao suprimento de energia, negocie com a Petrobras a cessão de áreas, sem leilão, e mediante contrato de partilha de produção. Se o governo fizer isso pode obter um superávit primário muito maior do que pretende com a entrega às multinacionais. Tomar o campo de Libra e leiloá-lo é entregá-lo ao cartel internacional do petróleo. O governo admite explicitamente sua submissão aos interesses dos rentistas e dos grandes bancos, ao “justificar” a necessidade de atingir a meta do superávit primário. Mas os fatos mostram que, além do absurdo desta submissão admitida explicitamente, há outra, não admitida, mas igualmente incontestável: a submissão ao cartel internacional do petróleo. Leiloar petróleo é um contrassenso, mas leiloar petróleo já descoberto, e o maior campo do Brasil, é um verdadeiro crime de lesa-pátria que comprometerá o nosso futuro e o das gerações vindouras de brasileiros. Os brasileiros, onde puderem, devem dizer um rotundo “não aos leilões do petróleo”, pois eles são desnecessários, inoportunos e injustificáveis.

* Raul Tadeu Bergmann é engenheiro aposentado da Petrobras e diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet).

** Roberto Requião é senador pelo Estado do Paraná.

Shale gas x pré-sal: os impactos dos recursos não convencionais nas políticas públicas dos EUA e Brasil

Marcelo Simas*

Dois recursos não convencionais darão o tom do mercado global de óleo e gás (O&G) nos próximos anos: o *shale gas* nos EUA e o pré-sal no Brasil. Neste cenário, que papel o Brasil terá no futuro? E quanto às descobertas do *shale gas*, que têm provocado uma revolução na geopolítica do O&G, até recentemente subestimada? Quais as diferenças e similaridades entre a utilização e os impactos dos dois recursos em cada país? As consequências deste novo cenário ainda não estão claras, mas nos permitem vislumbrar alguns importantes dobramentos.

O que são pré-sal e shale gas/shale oil?

Recursos não convencionais são aqueles cuja viabilidade técnica-econômica ainda não está totalmente desenvolvida. No caso do pré-sal, seus reservatórios são constituídos por óleo leve nas Bacias de Santos e Campos. Atualmente são produzidos 300 mil bpd de óleo do pré-sal, 15% da produção da Petrobras.

O *shale gas* é o gás aprisionado dentro de folhelhos, de baixa permeabilidade. Seu crescimento foi exponencial: de 1% da produção doméstica em 2000 alcançou 35% em 2012, segundo dados da *Energy Information Administration* dos EUA (EIA). Já o *shale oil* é o óleo que se forma numa rocha com características geológicas semelhantes ao *shale gas*, possibilitando seu aprisionamento (também conhecido como *tight oil*). Devido às similaridades, sua pro-

dução foi intensificada em função dos avanços na produção de gás. É um óleo leve que está substituindo as importações.

Shale gas x pré-sal: uma comparação

Mas o que há de diferente nos dois recursos, que são contemporâneos?

O *shale gas* é um dos principais instrumentos do governo americano para combater a crise desde 2007, devido ao alto impacto de suas atividades. Sua produção é em terra, feita por pequenas e médias empresas, sendo intensiva em mão de obra e próxima aos grandes centros consumidores, contribuindo para a redução do desemprego nos últimos anos. O pré-sal foi pensado desde sua descoberta em 2006 como um carro-chefe para o desenvolvimento econômico, trabalhando a cadeia de valor de O&G como um todo para geração de emprego, já que a indústria é intensiva em capital (Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás - Prominp e política de conteúdo local). Sua produção é no mar, por meio de grandes empresas e altíssimos investimentos.

Quanto à propriedade do solo e subsolo, nos EUA ambos pertencem ao dono da terra. Assim, o ritmo das novas descobertas é ditado pelo mercado, bem como os investimentos são mais estáveis e descontrados. No Brasil, como o subsolo pertence à União, o ritmo é dado pelos leilões promovidos pela ANP e os investimentos são muito maiores e mais concentrados (os leilões só

foram retomados este ano, após sua suspensão em 2008).

Com relação à logística, os EUA desenvolveram a indústria de gás desde o século XIX e possuem 400 mil quilômetros de gasodutos com capilaridade que o torna um caso único no mundo. No Brasil, a infraestrutura de óleo é dos anos 1980, concentrada na Bacia de Campos; a malha de gasodutos possui 10 mil km, menos de 3% da americana.

Um poço de *shale* dura de três a cinco anos, necessitando constantemente novas descobertas para ampliar a produção. Segundo a EIA, as reservas com a tecnologia disponível supririam a demanda atual por mais de 100 anos, uma situação confortável. No pré-sal, a taxa de sucesso dos novos poços (poços com óleo/total de poços perfurados) é superior à média da indústria, segundo a Petrobras (82% contra 35%), para quem há expectativas de reservas que podem dobrar o volume atual de 16 para 31 bilhões bbl até 2020.

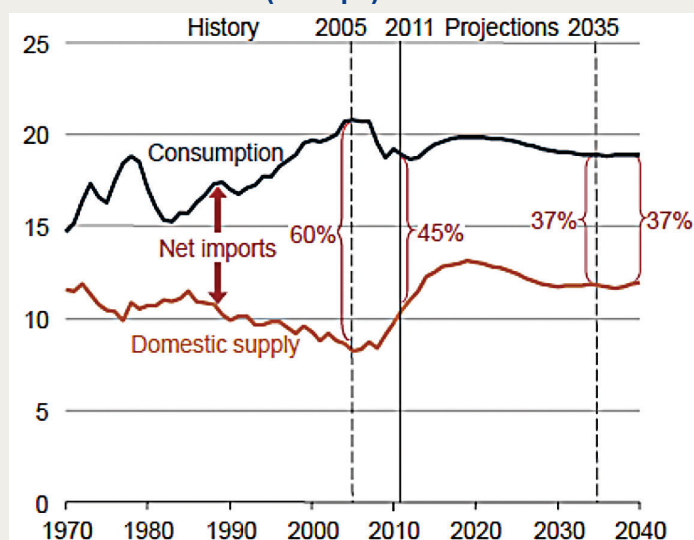
Com relação ao custo, a fim de incentivar o *shale*, o governo americano concedeu subsídios tanto na produção (custo <US\$ 10/barril de óleo equivalente - boe) quanto na comercialização, o que permitiu a redução dos preços do gás em mais de dois terços desde 2005 (média de US\$ 9, para US\$ 3 MMBTU em 2012). No entanto, o que torna o *shale gas* rentável é o *shale oil*, já que boa parte do gás é associado (O&G no mesmo reservatório). No caso do pré-sal, os custos ainda são extremamente elevados e sua rentabilidade se dá a partir de US\$ 40 a 45/bbl.



Quanto à tecnologia, a expansão do *shale* deveu-se à junção de duas outras que o viabilizaram desde 2000: a perfuração horizontal de poços e o fraturamento hidráulico das rochas entre 3.000 a 5.000 metros de profundidade. Há riscos ambientais, como a contaminação dos aquíferos (300m de profundidade), e grande utilização de água com produtos químicos (11 MM l para estimular cada poço!), sendo imprevisíveis suas consequências, principalmente seu descarte. Os desafios tecnológicos do pré-sal se devem a dificuldades na perfuração, recuperação e logística (plataformas a 300 km da costa).

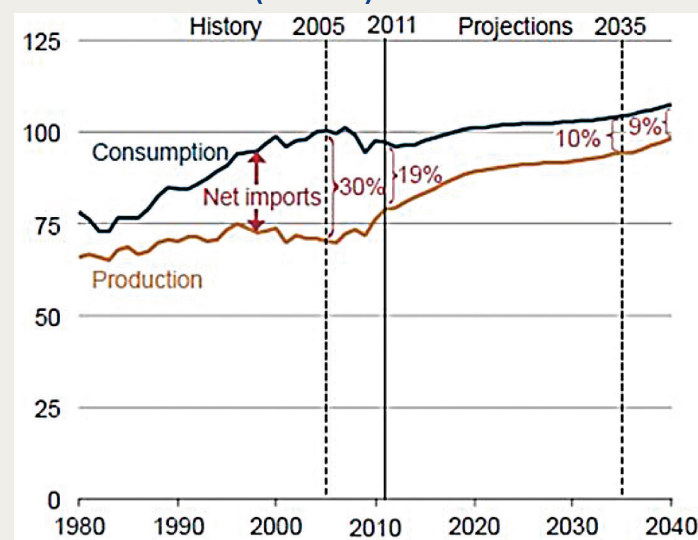
Por fim, a regulação deficiente do *shale* coloca em xeque seus benefícios, como se pode observar na guerra de versões empresas x ambientalistas sobre sua exploração. No pré-sal aprendemos com os acidentes da BP, no Golfo do México, e Chevron, na Bacia de Campos, e há forte apelo na sociedade relativamente à segurança nas novas áreas, além da própria regulação estar sendo aprimorada.

Figura 1 – Importação líquida de combustíveis dos EUA 1970 – 2040 (MM bpd)



Fonte: EIA

Figura 2 – Produção x Consumo de Energia Primária dos EUA 1980-2040 (1015 Btu)



Fonte: EIA

Perspectivas futuras

A tendência do Brasil com o pré-sal é de, até 2020, consolidar sua posição de *player* mundial e de grande exportador fora da OPEP. A produção prevista é de cerca de cinco milhões de barris de óleo por dia, sendo 50% proveniente do pré-sal. As exportações alcançarão 1,5 a 2 milhões de barris por dia, segundo a ANP, passando o

país definitivamente de importador de óleo a exportador.

Impactos profundos serão sentidos em relação à participação dos EUA no mercado: o maior consumidor mundial terá sua dependência energética significativamente diminuída. O consumo de combustíveis nos EUA, após atingir seu ápice em 2005 com 60% dependente de importações, seis anos depois despencou para

45% e projeções indicam 37% em 2035 (Figura 1). Quanto ao gás, em 2011 a produção doméstica já era responsável por 95% do consumo, o que permitiu não só reduzir as crescentes importações de gás natural liquefeito (GNL), bem como reverter esta posição e prever que os EUA serão exportadores líquidos de gás já em 2016. Em 2035 os EUA chegarão a apenas 10% de importações líquidas de energia, considerados todos os tipos de fontes (Figura 2).

Segundo a *International Energy Agency* (IEA) da OCDE (2012), os EUA se tornarão o maior produtor de óleo e gás do mundo em meados de 2020. Com o aumento da produção doméstica, em 10 anos os EUA deixarão de importar do Oriente Médio. A partir da saída dos EUA do mercado consumidor, tornando-se um possível exportador, o espaço para as exportações brasileiras diminuirá, restando a China e a Índia como potenciais compradores, motivo pelo qual devemos acelerar o pré-sal se quisermos ganhar *market share* antes da chegada dos EUA ao mercado.

Em 2011, os EUA importa-

ram cerca de US\$ 450 bilhões em óleo e derivados, o equivalente a seu déficit corrente de US\$ 466 bilhões. O aumento da produção de óleo e sua posição de exportador de gás no futuro permitirá ao país fazer grandes ajustes nos déficits fiscal e corrente – redução da dependência energética e gastos militares –, podendo assim retomar sua hegemonia, abalada com a crise econômica de 2007. Voltaremos assim a uma ordem mundial unipolar como no período pós-queda do Muro de Berlim? Só o futuro dirá.

Bibliografia:

Annual Energy Outlook 2013 Early Release Overview da EIA/DoE in: [http://www.eia.gov/forecasts/aeo/er/pdf/0383er\(2013\).pdf](http://www.eia.gov/forecasts/aeo/er/pdf/0383er(2013).pdf)
BP Statistical Review of World Energy 2013 in: www.bp.com/statisticalreview
EIA.2013. U.S. Crude Oil, Natural Gas, and Natural Gas Liquids Reserves Annual Report. <http://www.eia.gov/naturalgas/crudeoilreserves/>. Abril 2013.

* É economista da Petrobras desde 1998, trabalha atualmente no Cenpes e é professor de Geopolítica do Petróleo na UFRJ e Análise de Investimentos na Universidade Petrobras. Contato: mmsimas@petrobras.com.br



Xisto

Quem usufrui do nosso petróleo?

Paulo Metri*

A descoberta do pré-sal capacita o Brasil a ser um grande produtor mundial de petróleo e também um exportador. No entanto, não é garantido que o balanço dos impactos para a sociedade brasileira será positivo. Hoje, o pré-sal é foco da cobiça do capital internacional, em virtude da extraordinária lucratividade da produção petrolífera, da contribuição para o abastecimento mundial, do lucro com o refino no exterior e da compra de fornecedores estrangeiros de bens e serviços.

Em 2011, 57% da energia consumida no mundo era proveniente de petróleo e gás natural. Em geral, as maiores economias do planeta não possuem petróleo, enquanto os grandes excedentes de produção estão concentrados em países em desenvolvimento. Mesmo com o aumento da participação de outras fontes na matriz energética mundial, inclusive o polêmico xisto, petróleo e gás ainda serão importantes fontes energéticas em décadas futuras. A ocorrência do pico da produção petrolífera mundial é passível de discussão. No entanto, o fato de as empresas petrolíferas es-

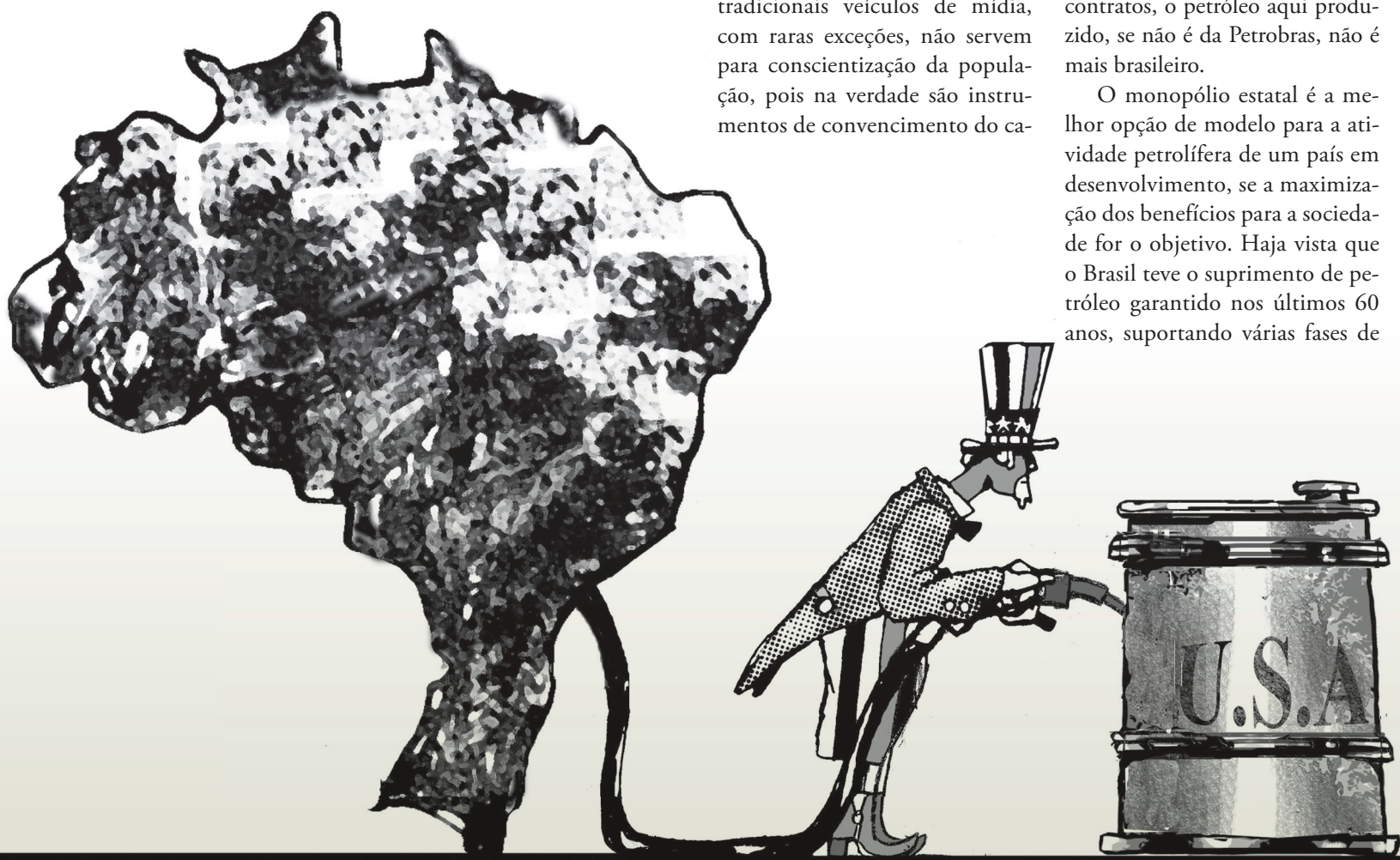
tarem investindo em novas áreas transmite a sensação que o petróleo e o gás convencional continuarão sendo importantes fontes, eventualmente mais escassas.

As forças políticas atuantes no país têm diferentes objetivos neste e em outros setores. A pressão exercida pelo capital internacional sobre o governo brasileiro é em direção conflitante com o interesse da sociedade. O povo não sabe quase nada do que seus representantes decidem em seu nome, tal o nível de alienação em que vive, e, infelizmente, poucos destes representantes cuidam dos interesses do povo. Os tradicionais veículos de mídia, com raras exceções, não servem para conscientização da população, pois na verdade são instrumentos de convencimento do ca-

pital. O governo estadunidense, como maior representante do capital, manda seu vice-presidente distribuir recados aqui, que vão desde a presidente da República à presidente da Petrobras.

Quando o capital internacional ganha blocos no Brasil, além do lucro da atividade ir para o exterior, o país perde a possibilidade de fazer acordos com outras nações em que o suprimento de petróleo faria parte da negociação. Mas o Brasil assinou contratos com petroleiras internacionais, que não permitem ao governo determinar para onde o petróleo brasileiro deve ir. Enfim, por estes contratos, o petróleo aqui produzido, se não é da Petrobras, não é mais brasileiro.

O monopólio estatal é a melhor opção de modelo para a atividade petrolífera de um país em desenvolvimento, se a maximização dos benefícios para a sociedade for o objetivo. Haja vista que o Brasil teve o suprimento de petróleo garantido nos últimos 60 anos, suportando várias fases de



desenvolvimento e é detentor de inegável infraestrutura petrolífera, que inclui uma das maiores províncias petrolíferas do mundo, o pré-sal. Se não tivesse existido o monopólio, que deu origem à Petrobras, e só existissem empresas estrangeiras no Brasil, o pré-sal ainda não teria sido descoberto. A lógica das corporações, diferentemente da lógica do Estado, não visa atingir prioritariamente benefícios sociais.

O monopólio estatal foi extinto no Brasil na década neoliberal. Sem monopólio, a exploração de petróleo no mundo é feita a partir de três tipos de contratos entre empresas e Estados nacionais: concessão, contrato de partilha e contrato de serviços. Estão ordenados do de mínima possibilidade de controle pelo país e menor benefício para sua sociedade até o de mínima satisfação para as empresas. Em 1997, o Brasil optou pelo pior modelo para a sociedade, o das concessões (lei 9.478), em que só royalties sobram para ela. A empresa que descobre petróleo nem tem a obrigação de abastecer o país. Cerca de 900 blocos já foram concedidos através deste modelo, até hoje. Inclusive, 28% da área do pré-sal já foram concedidos.

No contrato de partilha, além de existirem os royalties, há uma contribuição da empresa para o Fundo Social e a entrega de parte do petróleo para o país comercializar. É o modelo dos novos contratos da área do pré-sal (lei 12.351). O contrato de serviços é o melhor para a sociedade pelo Estado ficar com todo lucro e todo o petróleo. Contudo, o governante precisa ter muita força política para aplicá-lo. Países em desenvolvimento com razoável grau de soberania tendem a

assinar contratos de partilha ou de serviços.

Com a democracia que conseguimos ter, o Estado brasileiro está loteado entre grupos de interesse privado. O capital internacional está firme no setor de energia e mineração, com alguma participação do capital nacional. O autoritarismo dos diversos órgãos com responsabilidade sobre as decisões do setor do petróleo só é justificado pela prepotência de quem tem total controle da situação. Não prestam conta da razão da grandiosidade da entrega de blocos que fazem, dos anos de abastecimento garantido que resta ao país, dos volumes de petróleo a serem exportados e outras decisões. O próximo leilão de Libra, um campo do pré-sal, cujas reservas são avaliadas entre oito e doze bilhões de barris, é o maior exemplo deste autoritarismo. Entregar 70% da reserva conhecida deste campo a empresas estrangeiras, que sempre exportarão suas produções sem adicionar valor algum, nunca contribuirão para o abastecimento do país, dificilmente contratarão plataformas no Brasil, o item de maior peso nos investimentos, não gerarão muitos empregos aqui, não pagarão impostos, graças à lei Kandir, e só pagarão os royalties e uma parcela “combinada” do lucro é o exemplo máximo da desfaçatez.

O governo deveria entregar sem leilão este campo à Petrobras, que assinaria um contrato de partilha com a União, atendendo ao artigo 12 da lei 12.351, e ela faria o que as empresas estrangeiras não fazem. Determinado jornal econômico publicou que “as contas da União neste ano só fecharão se essa receita do bônus de assina-

tura de Libra ingressar nos cofres públicos”. Assim, constata-se que o Brasil continua preso ao fechamento de suas contas. Creio que, propositadamente, exauriram a capacidade financeira da Petrobras com leilões desnecessários, pois o país está abastecido por mais de 40 anos. A partir da 11ª rodada, o capital internacional irá sempre ganhar vários blocos, graças a plano maquiavélico com aprovação do governo do Brasil.

Para fechar as contas, o governo fixou o bônus de assinatura de Libra, que é recebido no curto prazo, em R\$ 15 bilhões, acima do esperado, abrindo mão de parte da parcela que irá para o Fundo Social. Em outras palavras, ele está trocando o recebimento de menos lucro durante 25 anos futuros por mais bônus agora, o que representa receber um empréstimo a 22% ao ano acima da inflação, um mau negócio.

As concessões não deveriam ser nunca assinadas, pelo menos, em novas fronteiras. O prejuízo para a sociedade brasileira será grande se ficar comprovado que a margem equatorial é uma província petrolífera, pois blocos dela foram arrematados para assinatura de concessões na recente 11ª rodada.

Para explicar o “furor entreguista” existente nas rodadas, a ANP argumenta que as bacias sedimentares brasileiras são pouco conhecidas. Porém, esta agência esquece que nem todas as áreas sedimentares são atrativas para a busca de petróleo, podendo-se citar, como exemplo, o setor SFZA-AR1 ofertado na 11ª rodada, onde existiam 56 blocos e somente dois receberam propostas. Outro erro da ANP é que assinar concessões, danosas para a sociedade, para buscar um melhor co-

nhecimento das bacias não é inteligente.

A Associação dos Engenheiros da Petrobras nos informa que esta empresa já descobriu no pré-sal 60 bilhões de barris, em blocos arrematados através de leilões pela lei das concessões. Entretanto, ela só possui parte deste petróleo, porque, devido à pressa da ANP em leiloar, em muitos contratos, ela está associada a petroleiras estrangeiras. Gostaria de saber quanto já foi entregue de petróleo para as empresas estrangeiras, mas os dados disponíveis na ANP não permitem este cálculo.

Pensava-se que o pré-sal iria alavancar um desenvolvimento brasileiro, graças ao tamanho das suas encomendas. No entanto, está ocorrendo a compra de empresas nacionais genuínas, tradicionais fornecedoras da Petrobras, por empresas estrangeiras. A exigência da ANP de “conteúdo local mínimo”, que não é um conteúdo local genuíno, surte efeito junto à Petrobras, porém, há dúvida com relação às empresas privadas, porque os descumprimentos desta exigência não são divulgados pela ANP.

A boa novidade no Brasil são as manifestações de um povo que ainda titubeia entre as diversas reivindicações que querem que ele absorva. Visando sua maior conscientização, sugiro que movimentos sociais, centrais sindicais, sindicatos e associações de classe e de empregados sejam ouvidos. Espero que o povo descubra que Libra, uma riqueza de US\$ 1 trilhão, estará sendo doada em outubro próximo. Meu receio é que o capital, péssimo perdedor, venha a usar algo mais drástico para continuar a dominação.

* É conselheiro do Clube de Engenharia.

Snowden pode salvar o petróleo brasileiro

Fernando Siqueira*

Na política, há casos que deveriam servir como ensinamento para se evitar cair em erro idêntico no futuro. Edward Snowden, ex-empregado da CIA, comprovou que o governo norte-americano espionava o mundo todo e, em especial, o Brasil.

A convocação do embaixador deste país, que supostamente é um país amigo, pelo Congresso brasileiro, deve ser feita, assim como o pedido formal de esclarecimentos do nosso governo ao país bisbilhoiteiro. Porém, isto não é o mais importante, porque o governo norte-americano, como sempre, irá negar tudo que for possível negar e diminuir a importância do que não for possível negar.

Verdadeiramente importante é o Brasil fechar sua porta para não ser mais roubado e verificar, dentre as informações já roubadas, quais podem estar causando ou vir a causar prejuízos para a sociedade. A lição precisa ser aprendida. Não se pode mais confiar em equipamento militar guiado por GPS que utiliza satélite estrangeiro. A indústria de defesa não pode se basear em subsidiárias estrangeiras sediadas no país. É preciso recuperar a proteção à empresa nacional genuína, retirada da Constituição durante a revisão neoliberal dos anos 1990. A ABIN fica fiscalizando o MST, enquanto deixa soltos os espíões norte-americanos. Graças a Edward Snowden, ficamos sabendo: quem tem um amigo assim, não precisa de inimigos. O que fez o Brasil para merecer isto?

Com relação ao petróleo, a questão é muito mais séria, uma



vez que o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, admitiu em 11 de julho, em depoimento ao Senado, que “há a possibilidade de vazamento de informações estratégicas do governo brasileiro, como, por exemplo, dados sobre os leilões de exploração do petróleo do pré-sal”. Se houve este vazamento de informações sobre o pré-sal, então, uma ou mais empresas petrolíferas norte-americanas podem ter informações privilegiadas. Nesta situação, o princípio

da obrigatoriedade de igualdade de informações e condições postas pelas empresas participantes dos leilões não está sendo respeitado.

Este raciocínio nos faz lembrar o que ocorreu no sexto leilão de petróleo promovido pela Agência Nacional do Petróleo – ANP. Esta agência introduziu uma subjetividade no edital, que consistiu em fixar um peso de 40% no critério de julgamento das propostas pela compra no País (conteúdo local).

A Aepet alertou a ANP na ocasião de que este critério propiciaria a manipulação dos resultados, pois uma concorrente poderia propor um conteúdo local alto, mesmo impraticável, e ganhar a concorrência.

Foi o que aconteceu. A empresa americana Devon apresentou em sua proposta um conteúdo local da ordem de 80%, inviável, e ganhou da Petrobras, que apresentou cerca de 60%. Assim, a Devon ganhou o bloco CM-65 pagando

um bônus de assinatura bem menor do que o oferecido pela Petrobras. O fato relevante é que a Devon conhecia a proposta da Petrobras e sabia qual o percentual que ela ofereceria.

É fundamental para a sociedade brasileira que o Ministério Público requeira a suspensão do primeiro leilão com contrato de partilha, o do campo de Libra, localizado no pré-sal, que está marcado para outubro próximo. E existem vários motivos para isto:

1) O campo de Libra foi cedido à Petrobras para sua capitalização através da cessão onerosa: o governo cedeu cerca de seis blocos à Petrobras, que deveriam conter 5 bilhões de barris; a Petrobras pagou por estes blocos com títulos de governo, e este usou os títulos para recomprar ações da Petrobras. A Petrobras perfurou o primeiro deles, Franco, e achou reservas da ordem de 9 bilhões de barris; perfurou o segundo, Libra, e achou cerca de 15 bilhões de barris. A ANP poderia contratar Libra com a Petrobras, via contrato de partilha, conforme prevê o artigo 12º da nova lei do petróleo. Mas, ao invés disto, a ANP tomou Libra da Petrobras e vai leiloar um campo que hoje é o maior do mundo e com risco zero, pois está perfurado, testado e comprovado. Não tem sentido leiloar um “bilhete premiado”, quanto mais dessa magnitude.

2) Se a Petrobras ficar com o bloco, ela reinvestirá todo o lucro no país; já as empresas estrangeiras remetem o lucro para fora, gerando grave déficit nas contas internacionais.

3) A Petrobras já descobriu mais de 60 bilhões de barris no pré-sal, o que nos dá uma autossuficiência de mais de 50 anos. Precisamos é de refinarias para exportar

petróleo refinado, com valor agregado, pois exportar petróleo bruto gera uma perda, só de impostos, de mais de 30%, além da perda de empregos e desenvolvimento tecnológico.

4) A Petrobras, como pioneira na prospecção em águas profundas, é quem mais conhece a tecnologia, pois por necessidade, procurou ajudar nesse desenvolvimento. Além do mais, como estatal ela não faz concessões à insegurança. Por exemplo: a Transocean, que é uma prestadora de serviços de perfuração, perfurou para a BP em Macondo, no Golfo do México, e causou grave acidente porque a BP mandou economizar na cimentação. A Transocean furou para a Chevron na Bacia de Campos e causou acidente por não ter revestido o poço e isolado o reservatório superior antes de perfurar o inferior. Como a pressão do segundo era mais alta, houve ruptura do reservatório superior. A mesma Transocean já perfurou mais de 25 poços para a Petrobras e não houve acidentes.

Portanto, não tem sentido leilões de petróleo se o País já tem petróleo descoberto que lhe garante uma grande autossuficiência e se a Petrobras pode pesquisar com muito mais segurança e desenvolvimento consolidado da tecnologia. Enquanto isso, deve-se priorizar mais a construção de novas refinarias, que permitem exportar derivados com valor agregado, gerando mais lucro, mais emprego e mais desenvolvimento tecnológico.

Como há uma pressão externa muito forte, visto que os países desenvolvidos e o cartel internacional do petróleo estão numa grande insegurança energética por não serem detentores de reservas, o governo precisa atrair a sociedade para fazer a contrapressão nas

ruas para não liberarmos a nossa maior riqueza para atender à demanda desses atores. A vinda do vice-presidente norte-americano Joe Biden para falar com a presidente Dilma e com a presidente da Petrobras mostra bem a dimensão dessa pressão. E, como disse o Papa, “jovem que não protesta não me agrada”.

Lembramos ainda outro fato ocorrido na época do 6º leilão da ANP: a Aepet entrou com uma ação de inconstitucionalidade (ADI) no STF, através do Senador Roberto Requião, para anular o artigo 26 da Lei 9478/97, que diz que o petróleo é totalmente de quem produz. E obriga o produtor a pagar só 10% de royalties (eventualmente uma participação especial que monta cerca de 11% para os campos de alta produção, que, hoje, só a Petrobras paga). Houve dois votos magistrais favoráveis à ADI: dos ministros Ayres Brito e Marco Aurélio Mello. Eis que o presidente Lula entrou no circuito e ajudou a derrubar a ADI. Perguntou-se aos companheiros do PT: por que o Lula está contra o interesse nacional? A resposta foi: “ele recebeu a mensagem dos EUA: “se esta ADI passar, desista da reeleição”. Portanto, temos motivos para crer que a vinda do vice-presidente americano foi para trazer a mensagem de Obama para Dilma: “Entrega Libra e o pré-sal ou desista da reeleição”. Só que Lula, reeleito, deu a volta por cima, criou o GT para rever a Lei de FHC e acabou gerando a nova lei do petróleo, a 12351/2010, que, embora pequena por não ter eliminado os leilões, trouxe avanços consideráveis, tais como: a mudança de contrato de concessão (propriedade de quem produz) para partilha de produção (a União volta a ter a proprieda-

de do petróleo) e a Petrobras ser a operadora única. Esta operação cria pelo menos duas condições favoráveis: a primeira é que a Petrobras é quem compra no mercado nacional, gerando emprego e tecnologia. A segunda e mais importante é que isso dificulta a ocorrência das duas maiores incidências de corrupção na produção internacional: o superfaturamento dos custos de produção, ressarcidos em petróleo, e a medição para menos do petróleo produzido.

Talvez seja por estas gestões do Lula que se criou uma forte reação contra ele dos EUA e do cartel internacional do petróleo, que querem destruí-lo através da grande mídia.

Assim, propomos que o MP suspenda de imediato os leilões de petróleo por suspeita de favorecimento e informação privilegiada e que o povo vá para as ruas, não por 20 centavos, mas por riqueza da ordem de US\$ 20 trilhões, para contrabalançar a pressão internacional. Há que defender a maior riqueza do País, que permitiria que o Brasil se transformasse numa potência econômica, financeira e tecnológica, erradicando todos os graves problemas de saúde, educação e mobilidade urbana. Enquanto uma averiguação sobre os danos da espionagem não for concluída, todo leilão tem que ser suspenso de imediato.

Se não tivessem desmoralizado o Prêmio Nobel da Paz com premiados que nunca ajudaram a paz no mundo, Snowden poderia ser lançado candidato, atendendo ao desejo de grande parte da população mundial, por ser um dos verdadeiros construtores da paz.

* É vice-presidente do Clube de Engenharia e da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet).

EBSERH: proposta do MEC para desconfigurar e empresariar os hospitais de ensino

Maria Malta*

Os hospitais universitários (HUs) são equipamentos sociais de educação e saúde. São hospitais-escola e como tais se caracterizam por serem parte da universidade pública, atendendo ao projeto político-pedagógico das instituições de ensino às quais se associam. São pelo menos 13 cursos diferentes que encontram nos hospitais seus espaços de formação prática: medicina, enfermagem, farmácia, biomedicina, fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, psicologia, terapia ocupacional, musicoterapia, odontologia, medicina forense e serviço social. A estrutura dos HUs é tão complexa que poderia ainda ser utilizada para a prática de estudantes de engenharia, química, física, administração, direito e economia, só para dar os exemplos mais evidentes. Esta formação não se dá apenas em âmbito de graduação, mas também de pós-graduação, em especial no que se refere às residências médica e multiprofissional, no campo da pesquisa clínica e pré-clínica e no desenvolvimento de tecnologias e processos inovadores.

Um hospital-escola da universidade pública tem o mesmo objetivo que a universidade: promover o ensino, a pesquisa e a extensão universitária de forma pública, gratuita e com qualidade. No caso dos hospi-

tais universitários, seu principal braço de extensão é a assistência à saúde, o atendimento à população por meio de sua vinculação com o Sistema Único de Saúde (SUS). No campo da assistência à saúde os hospitais universitários desempenham as funções de centros de referência de média e alta complexidade com o objetivo não apenas de atender às demandas do sistema, mas também desenvolver e avaliar novas tecnologias com a finalidade de incorporação das melhores ao SUS.

Os hospitais-escola são as grandes incubadoras da novidade, da eficiência e do desenvolvimento da formação e da prática da saúde no país com o foco nas necessidades da população. Por isso têm que ser públicos e não podem ser permeados por interesses econômicos que desloquem seu eixo da formação e da necessidade social para a produtividade e a lucratividade (às vezes apresentada com outros nomes, como relação custo-benefício ou gestão racional de recursos).

Apesar da dupla vinculação dos HUs com o Ministério da Educação (MEC) e com o Ministério da Saúde (MS), a maior parte do financiamento destes hospitais, até 2010, foi de responsabilidade do MEC (pelo menos 70% do orçamento), que tem o quadro de trabalhadores como sua principal despesa. Isso significou que os recursos dis-



poníveis para manutenção e modernização dos hospitais eram muito restritos, o que causou um subfinanciamento destes hospitais, por anos, e prejudicou sensivelmente as condições de trabalho, ensino e pesquisa.

Em 27 de janeiro de 2010, aparentemente reconhecendo a necessidade de enfrentar o problema do abandono dos HUs pelo Estado, o decreto presidencial nº 7082 instituiu que o financiamento dos hospitais universitários federais seria partilhado, paritariamente, entre as áreas de educação e saúde. Este mesmo decreto instituiu também o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF) para “revitalização dos hospitais das universidades federais, integrados ao SUS”. Apontava ainda que modernização dos HUs de-

pendia também da iniciativa das próprias universidades de apresentar planos de reestruturação de seus hospitais, na medida em que deveriam ser respeitadas em sua autonomia.

As universidades reivindicam seus hospitais. Os recursos para recuperá-los precisam ser aplicados pela própria instituição, respeitando a lógica da formação e da pesquisa a serviço das necessidades da população da região em que cada um destes hospitais se insere. O projeto político-pedagógico de cada curso que se servir do hospital deve incluir um compromisso com seu funcionamento. Os professores envolvidos com os hospitais devem dedicar parte de suas horas de trabalho à extensão e ao ensino nestes locais, cumprindo seu papel de supervisores, preceptores e profissionais de referência, inclu-

sive nas áreas que não são diretamente ligadas à atenção à saúde. Os cursos devem assumir enfermarias, salas de cirurgia, administração de compras e licitação, além das salas de aula e laboratórios de pesquisa. Enfim, as unidades acadêmicas precisam assumir a direção geral do hospital, que apenas por elas dirigido será de fato um hospital-escola.

Ao mesmo tempo o MEC, por meio da Coordenadoria Geral dos Hospitais Universitários (que viraria mais tarde uma empresa) estabeleceu lógica da matriz de distribuição dos recursos com base em um indicador composto que pudesse comparar e hierarquizar hospitais universitários. Tal indicador tomava por base três critérios: porte, desempenho e integração com o SUS. Quanto ao porte, os hospitais são medidos de acordo com o número de leitos ativos, leitos de UTI, partos de alto risco, salas cirúrgicas e habilitações para atendimento. Quanto ao desempenho, os indicadores de referência são as relações funcionários/leito, estudantes/docentes, docentes/residentes, pesquisas/docentes, internações/estudantes de medicina e internações/residentes; taxa de ocupação; média de permanência geral e especialidade (sem hospital dia) e média de permanência na maternidade. O último aspecto do indicador depende da integração do hospital com o SUS, que toma como referência a variedade de portas de entradas e o nível de contratualização.

A maior parte dos indicadores toma com referência o número de leitos. O peso do número de leitos na avaliação dos hospitais reflete um desconhecimento das importantes mudanças na medi-

cina hospitalar ocorridas nas últimas quatro décadas. Há aumento do número de trabalhadores em relação aos leitos em todos os hospitais, visando melhorar o serviço prestado. Esta tendência reflete principalmente um maior uso de tecnologia intensiva em equipamentos de alta complexidade em exames e tratamentos, o que não gera leitos, mas necessita pessoal especializado para operação, supervisão de procedimentos, manutenção adequada e treinamento, ao mesmo tempo em que reduz o tempo de diagnóstico e aumenta a eficácia dos tratamentos. Além disso, outra tendência que cumpre um papel semelhante à anterior é o maior atendimento ambulatorial e em hospital dia. Seu impacto nos hospitais demanda mais pessoal para este tipo de atendimento, no entanto também implica menor tempo de internação, menor risco de infecção hospitalar e maior conforto ao paciente.

Se estas são tendências dos hospitais gerais em busca de uma medicina de melhor qualidade, imagine-se em hospitais de ensino, que tendem a ter mais pessoal em virtude das atividades de ensino, preceptorial e pesquisa. Tais indicadores são extremamente inadequados para medir isoladamente o desempenho dos hospitais-escola.

A estranheza da escolha destes indicadores só começou a fazer sentido quando, em 15 de dezembro de 2011, foi aprovada a Lei Federal nº 12.550, criando a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). A lei contraria o princípio afirmado no decreto de 2010 de que as universidades deveriam avaliar e propor as soluções para os seus hospitais. A proposta da empresa retira das

universidades as competências de administrar unidades hospitalares, bem como prestar serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade no âmbito do SUS e inclui em seus “clientes”, além das instituições federais de ensino superior, outras “instituições congêneres”. Some-se a isso a determinação de que todos os recursos que as universidades federais recebessem para atender às necessidades dos hospitais deveriam passar ao controle da referida empresa, compondo o seu capital. Assim, a lei propõe que os hospitais-escola deixem de ser administrados pela universidade e transformem seu compromisso social de serem os espaços de formação, pesquisa e atendimento de média e alta complexidade para serem locais centrados em metas de atendimento.

A transformação dos hospitais-escola em hospitais de uma empresa pública de direito privado também revela outra lógica perversa no que se refere às relações de trabalho naqueles hospitais. As novas contratações serão regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Esta mudança retira do trabalhador seu status de funcionário público, com fé pública, suas responsabilidades regidas pela lei 8112 (a lei que instituiu o Regime Jurídico Único – RJU) e seu compromisso com uma ação sempre orientada para atender as necessidades da população. Transforma o funcionário em um trabalhador sob as normas do direito privado, em cujo contrato de trabalho o compromisso existente é com os resultados da empresa. Acompanhando esta mudança vem o discurso que de é mais fá-

cil gerir trabalhadores com vínculo CLT que trabalhadores com vínculo RJU.

Se o objeto de trabalho, os meios de trabalho e a força de trabalho continuam sendo os mesmos, o que será que muda para se pensar que sua administração possa ser mais fácil em um regime ao invés do outro? A hierarquia e o poder do empregador de demitir sem justa causa. Esta evidente instabilidade introduzida na relação de trabalho é parte de uma forma mais cara de contratação, pois exige depósito do FGTS, para o empregador, no caso o Estado e o povo brasileiro. Não faz sentido, em nome dos cofres públicos, argumentar que é melhor contratar na forma do direito privado, especialmente considerando que estes trabalhadores produzirão saúde e educação públicas e gratuitas.

Este caminho de empresariamento da saúde e da educação traçado pelo atual governo se abre com a proposta da EBSERH, mas já tem no seu encaixe a proposta de lei complementar 92 que já tramita no Congresso. Tal lei cria a possibilidade de estabelecer empresas e fundações para desempenhar atividade estatal nas seguintes áreas: saúde, educação, ciência e tecnologia, cultura, desporto, meio ambiente, previdência complementar dos servidores públicos, comunicação e turismo. A EBSERH é mais uma peça na engrenagem de destruição do Estado construído na Constituição de 1988, voltado para o atendimento das necessidades da maioria da população.

* É professora adjunta do IE/UFRJ e coordenadora do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA).

Debates marcam Dia do Economista

Evento, aberto a economistas, acontece na Firjan em 13 de agosto, terça-feira

Promoção: Corecon-RJ, Sindecon-RJ e CED

Sede da Firjan: Av. Graça Aranha, nº 1, 3º andar, Centro. Rio de Janeiro/RJ

10h às 13h

A relação da obra de Ignácio Rangel com a atualidade.

Palestrantes:

Elias M. K. Jabbour

Marcio Henrique

Maria Malta

Moderador:

Arthur Câmara Cardozo

14h30 às 17h30

Perspectivas políticas a partir das manifestações populares de junho.

Palestrantes:

Paulo Passarinho

Daniel Iliescu

Tadeu Lemos

Moderador:

Sidney Pascoutto da Rocha

18h30 às 21h30

A política econômica de longo prazo face às manifestações populares de junho

Palestrantes:

Plínio Sampaio

João Paulo de Almeida Magalhães

Carlos Lessa

Moderador:

Sidney Pascoutto da Rocha



Agenda de cursos

AGOSTO

Macroeconomia e microeconomia para concursos

Professor Carlos Maximiliano

27 de agosto a 3 de dezembro - todas as 3ª feiras

18h30 às 21h30 - 45 horas

Prof. Pós- Graduação Engenharia Econômica UERJ

Valuation

Introdução à Avaliação de Empresas com Modelagem Financeira em Excel

Professor Marco Antonio Monteiro

22 de agosto a 14 de novembro - todas as 5ª feiras

18h30 às 21h30 - 39 horas

Experiência de oito anos em finanças corporativas e mercado de capitais.

INSCRIÇÕES ABERTAS. Informações: www.corecon-rj.org.br/cursos.asp

Edital de convocação para eleições

■ Nos termos da Resolução nº. 1.865/2011 do COFECON faço saber que no dia 31 (trinta e um) de outubro de 2013, com início às 09h e término às 18h, serão realizadas eleições para renovação do 1º Terço de conselheiros efetivos e suplentes do CORECON-RJ, e de delegados-eleitores, efetivo e suplente, junto ao Colégio Eleitoral do COFECON, da seguinte forma: 1. 03 (três) conselheiros regionais efetivos e 03 (três) conselheiros regionais suplentes para integrar o Plenário do CORECON-RJ, com mandato de 03 (três) anos: (2014/2016); 2. 01 (um) delegado eleitor efetivo e 01 (um) delegado eleitor suplente para integrar o Colégio Eleitoral do COFECON; 3. Presidente e Vice-Presidente para a gestão de 2014, em regime de consulta a ser ratificada pelo Plenário do CORECON-RJ, nos termos de sua Resolução nº. 177/13. O prazo para registro de chapas será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data desta publicação encerrando-se às 17h do dia 13/09/13. O registro das chapas será feito na sede do Conselho, localizada na Avenida Rio Branco 109, 19º andar, Centro – Rio de Janeiro – RJ, no horário das 10 às 17 horas. A eleição será realizada em REGIME MISTO, conforme dispõe a Resolução CORECON-RJ nº. 175/13. Poderão votar os economistas registrados e quites com suas anuidades ou com o parcelamento dos débitos referentes às mesmas, até a data da realização do pleito, bem como os registrados na condição de remidos, na jurisdição deste Conselho, não sendo permitido o voto por procuração. No caso do voto por correspondência, o economista deverá enviar seu voto utilizando o envelope padronizado encaminhado previamente pelo CORECON-RJ. Somente serão

aceitos os votos postados na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, encaminhados à Caixa Postal do CORECON-RJ e recebidos antes do encerramento dos trabalhos de votação. Para o voto presencial, o economista que não tenha votado por correspondência, deverá comparecer ao local de votação, exibir junto à mesa eleitoral documento hábil de identificação e assinar a folha de votação que obedecerá a ordem numérica ou alfabética dos economistas registrados no CORECON-RJ. LOCAL DA VOTAÇÃO PRESENCIAL: Conselho Regional de Economia 1ª Região- RJ, localizado na Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ. O horário de votação será das 09 às 18h. Os trabalhos de apuração serão realizados no dia 31/10/13, na sede do CORECON-RJ, imediatamente depois de encerrado o período de votação e após a retirada final dos votos por correspondência, na caixa postal mantida pelo CORECON-RJ junto a ECT, às 17h. COMISSÃO ELEITORAL: Fica designada, para executar e responder pelo processo eleitoral, da seguinte forma: Efetivos: Economistas: João Manoel Gonçalves Barbosa, Jorge de Oliveira Camargo, Antonio Melki Júnior. Presidente: Antonio Melki Júnior. Suplente: Economista Cesar Homero Fernandes Lopes. A primeira reunião desta Comissão Eleitoral para análise e julgamento do registro da (s) chapa (s) inscrita (s) juntamente com seus respectivos candidatos será realizada na sede do CORECON-RJ, em 17/09/13 às 18h.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2013

*Sidney Pascoutto da Rocha
Presidente*